

# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: DESDOBRAMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DESSAS POLÍTICAS NA GESTÃO ESCOLAR**

**Cleonice Halfeld Solano**

Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil  
halfeldsolano@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente texto apresenta elementos para a análise do Plano de Desenvolvimento da Escola que está inserido no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em abril de 2007. O estudo se inscreve no âmbito da gestão educacional buscando analisar os condicionantes impostos pelas propostas de reestruturação do Estado brasileiro. As reformas educacionais adotam o discurso da qualidade total na gestão da educação como modelo a ser seguido no sentido de alcançar a qualidade no ensino público.

**Palavras-chave:** política; educação; gestão; reformas; qualidade.

## **INTRODUÇÃO**

A década de 1990, sobretudo, imprimiu no cenário brasileiro uma intensa movimentação em torno da reestruturação do sistema capitalista que estava em sua fase expansão global. Neste novo ciclo de acumulação, a proposta preconizada era ampliar a produção e expandir o mercado, aumentando assim a exploração do trabalho, é sob essa conjuntura que se configura o neoliberalismo no Brasil.

A expansão do neoliberalismo instaurada no Brasil e demais países da América Latina trouxe em seu bojo Reformas de Estado. O ideário neoliberal foi incorporado pelas elites “num aparente acordo global que foi penetrando capilarmente no senso comum das administrações governamentais latino- americanas” (GENTILI,1998, 14).

Na América Latina, esse programa se efetivou explicitamente a partir do Consenso de Washington<sup>i</sup>. O receituário imposto pelos organismos internacionais determinava que os países pleiteadores de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), deveriam adequar suas economias as novas regras criadas nesse Consenso objetivando criar na América Latina um ambiente de uniformidade econômica, política e jurídica, reforçando a história de dependência da região . São dez medidas que compõem o programa: disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulação da economia; proteção de direitos autorais<sup>ii</sup>.

Essas propostas colocam os países devedores em condições de “reféns de gigantescas dívidas externas especulativas que crescem em proporção inversa às suas exportações e às suas rendas” (Abadia, 2002).

O Brasil, assim como os demais países periféricos, está inserido numa relação de submissão frente às agências financeiras como o Banco Mundial, no sentido de acatar as exigências impostadas por esses órgãos. Portanto, é de suma relevância compreender a relação entre o Estado Brasileiro e os Organismos Internacionais, partindo do pressuposto que a intervenção dessas agências está fundada numa concepção capitalista. É uma imbricação que configura a prevalência de interesses do capital internacional em detrimento de políticas nacionais que de fato beneficiem a nação brasileira.

Nesse sentido, a inserção do país no bojo do projeto neoliberal se configurou, como de costume na tradição brasileira, de forma subordinada e dependente, visto que possuía e ainda possui um montante significativo de saldo devedor com o capital estrangeiro.

Assim premido pelo paradigma de reordenamento mundial e pelos seus condicionantes hegemônicos o país buscou se reestruturar para se tornar uma nação moderna e competitiva frente ao mundo global. Sob o paradigma da globalização, forjou-se um ideário social que naturalizava os condicionantes ideológicos e excludentes desse processo, abstraindo as condições objetivas de produção.

Convém destacar conforme Frigotto(2001,p.13)que a globalização não é algo novo. Marx e Engels, no Manifesto Comunista, já a tratava “como inerente à forma mercadoria, cuja tendência é dominar o mundo” Segundo advoga Frigotto:

Em si, a globalização não é algo negativo. Negativa é a forma social que assumiu mediada pelas relações capitalistas. A novidade que assume hoje a globalização é a “mundialização do capital”, especialmente pela hegemonia do capital financeiro especulativo que dilapida os fundos públicos e torna as moedas nacionais, aparentemente fortes como o Real, uma ficção que pode ser desmantelada em poucas semanas. Explicita-se, também, que um número cada vez menor de grupos econômicos, dos centros hegemônicos do capital, concentram e monopolizam o conhecimento, a ciência, as novas tecnologias(...). A economia pode aumentar a sua produtividade mediante o incremento tecnológico, e diminuir, em termos absolutos, o número de trabalhadores. (FRIGOTTO, 2001, p.13)

Nessa perspectiva, o processo de globalização espalha-se por todos os âmbitos sociais, visando à disseminação de um novo projeto societário para ser seguido mundialmente. Além disso, a globalização, na ótica do capital, é colocada como algo natural, fruto do desenvolvimento, onde a produtividade, a competitividade e a lógica de mercado são fundamentais para o avanço social.

Diante desta configuração, houve intensa movimentação em torno das reformas educacionais, novas formas de gestão escolar ganham maior visibilidade e expõem projetos e concepções diferenciadas de administração dos sistemas públicos de ensino. Essas novas concepções foram resultado de uma política neoliberal que teve como pressuposto, entre outros, a redefinição do papel do Estado em que se propôs um Estado mínimo e descentralizado, objetivando diminuir a sua participação na economia e concedendo liberdade de manobra para os investimentos capitalistas.

Alinhados aos pressupostos neoliberais e sob a ideologia de globalização a educação assume papel coadjuvante na agenda internacional a partir da década de 90, através da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia). Esta conferência contou com o financiamento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial e com a participação de diversos países, demais organismos multilaterais, organizações não governamentais, dentre outros.

Foi assumido pelos países signatários desse evento o compromisso de promoção da educação básica, colocando-a como instrumento salvacionista e essencial para o desenvolvimento social e econômico dos países periféricos, como o Brasil.

Observa-se nessa perspectiva que a Teoria do Capital Humano, muito em voga no período militar, estava sendo reeditada nas diretrizes de reforma educacional para os países da América Latina do Caribe. Essa teoria associa educação, desenvolvimento econômico, maior produtividade e instrumento de mobilidade social.

Assim, a escola desempenha a função de preparar os indivíduos para o mercado e o indivíduo deve se esforçar para ascender socialmente, para se inserir no mercado de trabalho, para se manter empregável. Caso contrário, não tenha êxito, ele é o responsável por seu insucesso, não teve mérito.

Pautando-se nessa premissa, se justifica como legítima a desigualdade social e oculta as relações do modo de produção capitalista. A pobreza, a miséria são justificadas pela não qualificação adequada e pelos princípios meritocráticos. Todavia os problemas sociais vivenciados pela humanidade não se ancoram somente via escola pela socialização do saber, mas se assenta na gênese das relações capitalistas que monopoliza a distribuição da riqueza a pequenos grupos privilegiados.

Convém destacar, também, que as políticas educacionais gestadas em Conferências como a de Jomtien, carregam princípios da Teoria do Capital Social. Os pressupostos que balizam essa teoria entendem que a educação deve formar indivíduos para mediar conflitos, para desenvolver laços de solidariedade, harmonia social, consenso e coesão social.

Dessa forma, se oculta os antagonismos de classe e é uma forma sutil de desonerar o Estado de suas obrigações sociais, pois o apelo à participação da população é uma forma velada de transferência de responsabilidades para a sociedade civil.

No Brasil, as estratégias para instauração dessas políticas estão evidenciadas e em consonância com a proposta de Reforma do Estado, proposta por Bresser Pereira<sup>iii</sup>, sistematizador do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Essa Reforma reiterava que o Estado vivia uma crise atrelada à ineficiência de gerência, assim se fazia necessário delimitar a função estatal, pois esse se mostrava inchado, inoperante, dispendioso e burocrático.

Dessa forma, o governo diminuiu o custo do aparelho de Estado ao reduzir o investimento em políticas públicas sociais, enquanto o campo econômico recebeu grandes aportes financeiros. Ou seja, de acordo com Netto (1993), “o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para o capital.”

Assim toda política social foi preterida e subordinada ao plano econômico. Conforme advoga Netto:

A inviabilização da alternativa constitucional da construção de um Estado com amplas responsabilidades sociais, garantidor de direitos sociais universalizados, foi conduzida por FHC simultaneamente à implementação do projeto político do grande capital. (NETTO, 1993, p. 79)

De acordo com Behring (2008), “a explicação da crise contemporânea assentada exclusivamente como crise do/no Estado, expressa uma visão unilateral e monocausal que empobrece o debate.” Assim, ao buscar uma compreensão da totalidade concreta, percebe-se a necessidade de fazer uma conexão com três eixos centrais que permeia esse contexto, quais seja – a reestruturação produtiva, a mundialização e o neoliberalismo (Ibid, p.197)

De acordo com Behring, o processo colocado não se trata de Reforma e sim de Contra – Reforma, “que mantêm a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta.” (2008, p. 198)

De acordo com a mesma autora:

Trata-se de uma contra-reforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. Que linhas gerais são essas? As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. (BEHRING, 2008, p.58- 59).

Na mesma linha de raciocínio, Coutinho corrobora na premissa de contra - reforma:

Trata-se, na verdade, de uma “contra-reforma”, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da “modernização”, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais; e, por outro, em nome da “privatização”, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da “mundialização do capital”. (COUTINHO,2000,p.123).

O que se pode notar é que em nome de ajuste fiscal houve perda ou restrição de direitos sociais, instalando um clima de insegurança e impotência para a classe trabalhadora. Nesse sentido, é importante compreender a intrínseca relação entre a conjuntura de reestruturação econômica, bem como a proposta de Reforma do Estado brasileiro e as políticas educacionais. Assim, a educação também precisa passar por reformas e ajustes para melhorar sua qualidade e buscar mais eficiência, pois a gênese da crise educacional é similar a crise estatal, ou seja, está atrelada à ineficiência de gerência.

Sob essa configuração, o Estado deixa de atuar como provedor das políticas sociais, como a educação, transfere para o mercado/sociedade civil essa função e passa a ser controlador das mesmas. Ou seja, a aparelhagem estatal se afasta da execução das políticas e concentra seus esforços em atuar como instância reguladora, buscando um controle de resultados com ênfase no binômio qualidade/produtividade via utilização do mecanismo de descentralização.

O discurso oficial advoga que a descentralização oportuniza maior participação e autonomia, porém, segundo Fonseca (1998), esta é uma estratégia de transferir para a sociedade civil os custos educacionais, é “uma política de diminuição de custos” e retração das funções do Estado. Para tanto, a sociedade é intimada a participar e buscar soluções conjuntas para os problemas enfrentados pela escola.

Nesse contexto de redefinição estatal, o discurso da qualidade total adotada no meio empresarial passa a ser implantado na gestão da educação como modelo a ser seguido no sentido de melhorar a escola pública. As propostas de reformas educacionais se pautaram em

orientações econômicas e técnicas dos organismos financeiros internacionais, principalmente O Banco Mundial, que se constitui conforme Frigotto:

Como o grande definidor da filosofia, dos valores, das políticas educacionais e das concepções de conhecimento, não só para o Brasil, mas também para o conjunto de nações que devem se ajustar ao rolo compressor da globalização. No plano ético-político, a educação deixa de ser um direito para, paulatinamente, transformar-se em um serviço, uma mercadoria (FRIGOTTO, 1996, p.90-91).

Ainda que seja indiscutível a questão da qualidade da educação brasileira, é perceptível que organismos internacionais defendam idéias e elaborem ações divergentes daqueles que educadores e comunidade educativa concebem como princípio de qualidade, considerando a realidade e as necessidades daqueles que dos que se encontram cotidianamente inseridos na escola.

A educação incorpora estratégias, valores da empresa e do setor produtivo buscando elevar a eficiência e eficácia da escola sob a regência de conceitos e valores produtivos. Para isso, utiliza-se de mecanismos de avaliação em larga escala, de instrumentos de gestão, não considerando as particularidades de cada localidade e nem o processo de ensino aprendizagem em sua totalidade.

É neste cenário que no segundo mandato do governo Lula, em abril de 2007, o Ministério da Educação (MEC) lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que traz como premissa a necessidade de abranger todo o sistema educacional brasileiro, da educação básica aos cursos superiores. De acordo com o documento, seu objetivo principal é a melhoria da qualidade e a visão sistêmica da educação no Brasil.

Esse plano teve recepção favorável pela opinião pública, principalmente o empresariado<sup>iv</sup>, contando com ampla divulgação na imprensa que inclusive o apelidou de “O PAC da educação”, em analogia ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado no início de 2007.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é composto de várias ações que visam à melhoria da qualidade da educação, a intenção desse estudo, é trazer para o debate uma das ações do PDE – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no que tange à metodologia de gestão estratégica proposta pelo MEC que é o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), buscando compreender suas articulações, intencionalidades e contradições. O IDEB foi criado pelo MEC a partir de estudos elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos, tomando como parâmetro o rendimento dos estudantes

(pontuação em exames padronizados, Prova Brasil ou SAEB, obtida no final dos 4º e 8º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), tendo-se construído uma escala de zero a dez. As escolas brasileiras têm até 2022 para atingir a nota seis, que é o índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que são os países mais desenvolvidos. Segundo Demerval Saviani, numa espécie de “pedagogia de resultados”.

Assim o governo se equipa com instrumentos de avaliação de produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica de mercado que se guia nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e da “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa a obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. No entanto, de fato, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade, e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem as seus clientes. (SAVIANI, 2007, p.3)

O PDE-Escola se apresenta como uma ferramenta gerencial e estratégica metodológica de gestão que tem como função elevar a qualidade da escola e torná-la mais eficiente. No entanto o que se constata é uma grande racionalidade técnica e financeira, almejando uma maximização de resultados quantitativos, que desconsidera a educação enquanto ato político, enquanto possibilidade para desenvolvimento do homem “transitar do seu pertencimento de classe para a consciência de classe” (FRIGOTTO, 2009, p.15).

Segundo o MEC o PDE se apresenta como um plano executivo, visto que incorporou várias ações que já estavam sendo desenvolvidas e também se encontram em aberto, em fluxo contínuo, pois novas ações podem ser acrescentadas. O governo tem colocado o PDE como a salvação da educação, quem aderir às diretrizes propostas conseguirá melhorar a qualidade da educação. Porém, a melhoria da educação não se restringe à adesão ao PDE, existe uma série de fatores que perpassam e interferem neste processo.

De acordo com Fonseca:

Enfim, o PDE [PDEscola] foi “vendido” ao sistema como um produto capaz de sanar todos os males crônicos da escola. Ignorou-se a sua história e identidades próprias, ao adotar um modelo homogêneo de planejamento para distintas realidades regionais e locais. (FONSECA, 2009, p.281).

Além disso, a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino público não é recente, os educadores já travam essa luta há longa data. Ainda assim, estes não foram

convidados a participar do processo de formulação deste Plano, cabendo sua elaboração aos “intelectuais orgânicos” do MEC. Os principais atores têm papel coadjuvante, participam da implementação ou no máximo do monitoramento das políticas educacionais

Todavia os empresários foram protagonistas na estruturação do PDE, visto que o MEC incorporou metas do organismo Todos Pela Educação (TPE)<sup>v</sup> e aquelas oriunda do fórum popular dos educadores foram adiadas para 2022 e até reduzidas, como foi o caso do orçamento educacional. É uma verdadeira disputa de projetos, conforme ressalta Martins:

(...) é possível afirmar que o TPE se materializa como organismo com as estratégias da classe empresarial no campo da educação, lutando para firmar uma perspectiva restrita de formação humana para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo. Sua inserção na sociedade civil, embora definida como “uma aliança” de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial. (MARTINS, 2009, p.37).

Assim, o PDE expressa o resultado das relações de forças presentes na sociedade e traduz o projeto político que o Brasil deve implementar. Sua gênese se assenta num contexto em que os conflitos e as tensões são minimizadas, num “apassivamento das lutas sociais” através da estratégia do consenso.

Diante do exposto, fica evidente que o bloco no poder do Presidente Lula da Silva vem desenvolvendo uma política para a educação que segue a mesma dinâmica e lógica do período de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi agregada mais elementos para obtenção de consenso, mas ambos os governos congregam diretrizes similares, afinadas com nova fase de reestruturação capitalista. Como ressalta Ferreira:

Como vimos, a gestão das políticas educacionais empreendidas no governo de FHC foi fomentada por ações descentralizadas em todos os níveis e tanto no campo privado quanto no público, transferindo para as unidades federativas (para as escolas e para os trabalhadores da educação) as responsabilidades com a oferta do serviço social. Essa tendência continuou no governo Lula de forma mais sistemática porque foram construídos instrumentos gerenciais e adotadas práticas políticas de convencimento dos governantes estaduais e municipais para a adesão ao “Compromisso Todos pela Educação” de forma mais competente que seu antecessor. (FERREIRA, 2009, p.263).

A gestão da educação orientada pela visão gerencial vem sendo cultuada pelas ações governamentais e transpostas para as instituições escolares, como meio capaz de se chegar à superação dos problemas educacionais do país. À luz dos condicionantes neoliberais, o fracasso da educação está atrelado à ineficiência da gestão e requer, portanto uma racionalidade administrativa, conforme destaca Gentili:

Trata-se de um complexo problema administrativo cuja solução não requer um aumento de recursos, mas uma destinação mais eficaz dos mesmos. (...) promover uma profunda reforma administrativa que reconheça que tão-somente o mercado pode desempenhar um papel eficaz na destinação de recursos e na produção da informação necessária para a implementação de mecanismos competitivos meritocráticos que orientam os processos de seleção e hierarquização das instituições escolares e dos indivíduos que atuam nelas. (GENTILI, p.18-19, 1998.)

Como foi acenado, a educação é vista como uma mercadoria, a escola e seus atores precisam adotar estratégias empresariais, seguir a cartilha mercantil para superarem o fosso educacional em que se encontram. Nessa ótica a educação deixa de ser um direito social para ser uma mercadoria, e os cidadãos passam a serem consumidores que precisam ir ao mercado para negociá-la.

Ademais, nesse viés mercadológico do capital, se elide a formação omnilateral ou ensino politécnico, sinalizada por Marx e Engels, em que a educação visa o pleno desenvolvimento do ser humano, é instrumento de emancipação e superação da alienação humana. Isso se daria através da articulação entre ensino e trabalho<sup>vi</sup>, que possibilita a formação de uma consciência política alicerçada nos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma se recupera o sentido do trabalho enquanto princípio educativo e ontocriativo e a educação estará a serviço da transformação social.

No entanto as propostas educacionais se embasam no projeto hegemônico de concepção capitalista, que abriga uma ideologia de consenso, de conformismo, que objetiva uma educação instrumental sob a retórica de “novo homem”, apto as inovações sociais, flexível, criativo, empreendedor, solidário, mas que na realidade não contribui para a formação humana crítica, pelo contrário, reforça a passividade e a despolitização.

Importa sublinhar que o Estado capitalista quando investe nas políticas sociais o faz de forma a aliviar a pobreza, pois na relação de dominação/exploração, o capital precisa da existência dos explorados para continuar a ciranda. Portanto, as políticas são focalizadas e de caráter assistencialista, ou seja, não visam transformação social ou universalização dos direitos, são apenas paliativas.

Portanto, na contramão dos preceitos universalizantes, o PDE-Escola se configura como uma política mercadológica que elide do processo educativo o contexto político, isola a escola da materialidade histórica e todos os entraves vivenciados no âmbito educacional podem ser resolvidos via metodologia da cartilha empresarial.

Conforme expressa Ferreira:

(...) a presença da racionalidade técnica permanece dominante no governo Lula ao fortalecer um Estado que controla as determinações essenciais de um tipo de sistema socioeconômico, por meio das exigências de coleta de informações, análise de problemas, formulação, controle e avaliação de projetos e planos. Esse fenômeno é conhecido na história do País como tecnocracia. Atualmente, a tecnocracia é constituída por novos atores que surgiram no contexto da globalização e vem adotando uma *performance* de gestão descentralizada, conforme verificamos com o planejamento educacional apresentado via PDE.(FERREIRA,2009,p.267)

Na mesma direção Silva destaca que:

Outra das operações centrais do pensamento neoliberal em geral e, em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas. Nessa operação, os problemas sociais... e educacionais – não são tratados como questões políticas, como resultado – e objeto- de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. Assim, a situação desesperadora enfrentada cotidianamente em nossas escolas por professoras/es e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e desperdício de recursos por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores/as educacionais, como consequência de métodos “atrasados” e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos.(SILVA,1994.p.18-19).

Nesta perspectiva, a alternativa para os problemas educacionais centra-se no desenvolvimento da gestão educacional mais eficiente e racional. Os princípios empresariais de elevação da competitividade, da produtividade com qualidade são transpostos para a escola em políticas como o PDE-Escola. Todavia, no âmbito da empresa, a qualidade está vinculada a custo, a uso racional de recursos, produzir mais com menos. Assim, a inserção de pressupostos mercadológicos na escola se configura como uma forma antidemocrática de atender direitos como a educação, visto que “direitos não são mercantilizáveis”. (FRIGOTTO, 1994).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, diante do exposto, para analisar os desdobramentos do PDE-Escola, enquanto estratégia de gestão escolar buscou-se embasamento no referencial epistemológico materialismo histórico dialético por entender de acordo com Frigotto que:

(...) a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade da teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (1989, p.73).

É de suma importância explicitar e denunciar os antagonismos presentes no modo de produção capitalista, de maneira a superar a *leitura antinômica* e desvelar o sentido alienado das propostas políticas que dissimulam a retração do Estado e o desmantelamento do ensino público brasileiro. Além de compreender e apreender os elementos que falseiam a realidade concreta, é preciso refutar as condições contemporâneas que a naturalizam e não mostram possibilidades de mudança das relações sociais. Segundo Frigotto;

É por este método que podemos compreender que a ciência social, que se desenvolve tendo como base o pensamento liberal e o método positivista/funcionalista, busca naturalizar a forma capitalista das relações sociais e ocultar seu caráter histórico e de classe. (FRIGOTTO, p.2, 2009).

Assim, compreender que as políticas educacionais brasileiras, como o PDE-Escola, se revestem de um discurso de melhoria da qualidade de ensino, de autonomia, e outros tantos termos com conotações distintas de sua gênese, mas que na verdade reforça o consenso e a despolitização. A classe dominante utiliza da educação para viabilizar o projeto hegemônico, ou seja, através dos processos formativos se materializam o perfil de homem que deve prevalecer.

Além disso, partindo do referencial de análise marxista, se faz necessário compreender que o objeto de estudo não está isolado do contexto social. É preciso analisar as mediações que permeiam o objeto, compreender o todo e as partes num movimento dinâmico e imerso socialmente.

Portanto, deve-se romper com a “pseudoconcreticidade”, partir do fenômeno e desvendar a essência, analisar o objeto no bojo das classes sociais. Da mesma forma, se faz necessário questionar sobre a intencionalidade da implementação do PDE-Escola e compreender as contradições presentes nessa política.

As reformas educacionais congregam esforços para conservação e manutenção do sistema que está posto e não apontam direção para a mudança. Conforme Mészáros (2005) ressalta “são reformas formais e não essenciais”, tem uma função paliativa. As políticas implementadas nos países periféricos, como o Brasil assumem características não universais, que não dão conta de resolver os problemas sociais, são focalizadas e tem como objetivo apenas aliviar a pobreza.

Corroborando com Mészáros (2006), a “transcendência positiva” perpassa pela extinção do Estado burguês, é uma condição necessária, mas não suficiente, deve haver outras mediações. A política é uma mediação necessária para a conquista da autoconsciência

individual e coletiva, a intervenção consciente é um instrumento de superação dos processos alienantes impostos pelo sistema “sociometabólico” do capital. Nesse sentido a educação tem como grande desafio contribuir para a emancipação transformadora do ser humano de forma a romper com a lógica mistificadora que está colocada.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Conjunto de medidas pautadas no ideário neoliberal, formuladas em 1989, por economistas oriundos do FMI, Banco Mundial e outras repartições financeiras dos EUA, visava o ajustamento macroeconômico para os países em crises.

<sup>ii</sup> Ver: Portella Filho (1994); Gentili (1998).

<sup>iii</sup> Através do cargo de Ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

<sup>iv</sup> Através do Organismo Todos pela Educação.

<sup>v</sup> Movimento oriundo dos empresários, que em 2005 reuniram-se para refletir sobre a educação.

<sup>vi</sup> Tendo como base a perspectiva marxista de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**- 2ª edição- São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz**. 3ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto número 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o estabelecimento do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em 22 de junho de 2009

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as leis de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso 22 de junho de 2009

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso 22 de junho de 2009

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000. FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Políticas educativas no Brasil no tempo da crise**. In. FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila de Andrade (orgs). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

---

FONSECA, Marília. **É possível articular o projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola? Reflexões sobre a reforma do Estado e a gestão da escola básica.** In. FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila de Andrade (orgs). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_ OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Escolas Gerenciadas: Planos de desenvolvimento e projetos político pedagógicos em debate.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

FRIGOTTO, Frigotto, CIAVATTA, M. (orgs). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_ **A Formação e profissionalização do educador: novos desafios.** In: GENTILI, P e SILVA, T.T. (orgs). Escola S.A.Brasília, CNTE, 1996.

\_\_\_\_\_ **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs) Petrópolis, RJ, Vozes 1994.

\_\_\_\_\_ **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa Educacional.** In Fazenda Ivani (org). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, Cortez 1989.

\_\_\_\_\_ **Educação para a “inclusão” e a “ empregabilidade”:** promessas que obscurecem a realidade. Texto de Seminário realizado Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2009.

\_\_\_\_\_ **Educação Básica No Brasil Na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 24, n.82, p.93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 11/01/2010.

\_\_\_\_\_ **A Produtividade Da Escola Improdutiva.**<sup>2ª</sup> Ed.São Paulo:Cortez:Autores Associados,1984.

Kosik, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

---

MARTINS, André Silva. **A Educação Básica No Século XXI: o projeto do organismo “Todos Pela Educação”**. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich . **A Ideologia Alemã**- 3ª edição- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo. Cortez, 1993.

PABLO, Gentili. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da administração Federal e Reforma do Estado, Vol. 1, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º. 100 – Especial p. 1231-1255, outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Demerval. **O Ensino de Resultados**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 de abr. 2007. Caderno “Mais”, p.3. [Links] Acesso 15 de junho de 2008.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: FAPESP, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia**. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs) Petrópolis, RJ, Vozes 1994.